

FUNDO POUANÇA REFORMA PPR 5 ESTRELAS REGULAMENTO DE GESTÃO

ARTIGO 1.º | DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

- O Fundo de Poupança Reforma PPR 5 ESTRELAS, adiante designado apenas por Fundo, é um conjunto de valores exclusivamente afetos à realização de um Plano Poupança Reforma, que se constitui por tempo indeterminado, e que apenas permite adesões individuais.
- Chama-se Participante a pessoa singular a favor de quem são adquiridas as Unidades de Participação.
- Chama-se Contribuinte a pessoa que contribui para o Fundo.
- A Entidade Gestora do Fundo é a FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante designada por Futuro), com sede na Avenida de Berna, 10 – 2.º, em Lisboa, com o capital social de 2.566.800€ e número único de matrícula e de pessoa coletiva 501 965 963, a quem cabem todas as funções de administração, gestão e representação por conta e em nome dos Participantes.
- As entidades comercializadoras do Fundo são a Entidade Gestora e a CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL, entidade com capital aberto ao investimento do público, com sede na Rua Áurea, números 219 a 241, em Lisboa, com o capital institucional de 1.770 milhões de Euros e número único de matrícula e de pessoa coletiva n.º 500 792 615.
- O Fundo constitui um património autónomo, não respondendo pelas dívidas dos Participantes, Contribuintes, Entidade Gestora e Depositário.
- O objetivo do Fundo é a poupança de médio e longo prazo, destinada a satisfazer as necessidades financeiras inerentes à situação de reforma, podendo ainda conceder reembolsos antecipados, nos termos deste regulamento e das leis e normas em vigor.
- O Fundo de Pensões PPR 5 ESTRELAS foi autorizado em 23 de novembro de 1989, tendo sido iniciada a sua comercialização em 4 de dezembro de 1989.
- A autoridade competente para a supervisão e regulação do Fundo e da Entidade Gestora é a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A supervisão e a regulação dos deveres de conduta das entidades comercializadoras dos contratos de adesão individual ao Fundo cabem à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

ARTIGO 2.º | PARTICIPANTE

- A qualidade de Participante adquire-se pela aceitação, por parte do Futuro, do contrato de adesão assinado pelo Contribuinte. Cada Participante poderá ter mais de um contrato.
- A assinatura do contrato de adesão confere mandato à Futuro para que realize todas as operações inerentes à gestão do Fundo.
- A subscrição (livre ou programada) de Unidades de Participação pode ser efetuada na Futuro ou na entidade comercializadora indicada no n.º 5 do Artigo 1.º.

ARTIGO 3.º | DIREITOS DO PARTICIPANTE

O Participante tem direito:

- À titularidade da quota-parte do património do Fundo correspondente às suas Unidades de Participação;
- Ao reembolso das suas Unidades de Participação de acordo com a lei, as normas em vigor e este regulamento;
- À transferência das suas Unidades de Participação para outro PPR/E, PPE ou PPR nos termos deste regulamento e conforme legislação em vigor;
- À informação periódica e detalhada sobre a vida do Fundo, nos termos da lei e das normas em vigor.

ARTIGO 4.º | UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

- O valor inicial de subscrição de cada Unidade inteira de Participação foi de, aproximadamente, 4,99€ (quatro euros e noventa e nove cêntimos).
- A subscrição de Unidades de Participação do Fundo não dá lugar à emissão de títulos representativos, operando-se, em sua substituição, um registo informático de unidades desmaterializadas.
- O registo informático de unidades desmaterializadas incluirá a abertura de uma conta, relativa à posição de cada Participante, da qual constará o número total de Unidades de Participação detidas, os montantes e os valores das Unidades de Participação subscritas e a identificação do Participante.
- Com a primeira aquisição de Unidades de Participação, será celebrado um contrato de adesão, nos termos da lei em vigor.
- Por cada aquisição de Unidades de Participação será emitido um documento comprovativo dos montantes recebidos pelo Fundo e do número de Unidades de Participação adquiridas.
- O valor das Unidades de Participação é o quociente do valor patrimonial líquido (valor dos ativos financeiros, valorizados de acordo com as normas legais, acrescido de todos os créditos perante o Fundo e deduzido dos seus débitos) pelo número de Unidades de Participação em circulação.
- O valor das Unidades de Participação é calculado diariamente, sendo publicado diariamente no sítio da Internet da Entidade Gestora e divulgado nos locais de comercialização das mesmas.
- A Entidade Gestora publicará mensalmente no seu sítio da Internet a relação dos valores que compõem o património do Fundo e o número de Unidades de Participação em circulação. Esta publicação dirá respeito ao final de cada mês.

ARTIGO 5.º | SUBSCRIÇÃO

- As Unidades de Participação do Fundo só podem ser adquiridas através dos meios de pagamento que se encontrem em vigor no momento de cada subscrição.
- No momento da subscrição, deve ser fornecida à Entidade Gestora a identificação, n.º de identificação fiscal (NIF) e morada do Contribuinte e do Participante.
- As ordens de subscrição recebidas aos balcões da Caixa Económica Montepio Geral ou por acesso *online* na plataforma NET24 são consideradas para o próprio dia, desde que recebidas até às 16h00, caso contrário são registadas com a data do dia útil seguinte.
- As ordens de subscrição recebidas na Futuro são consideradas no dia em que o valor de subscrição é entrada na conta bancária do fundo, até às 16h00. Valores que deem entrada na conta do Fundo em horário posterior serão consideradas para o dia útil seguinte.
- As correções aos dados fornecidos no momento da subscrição só serão válidas a partir do momento da sua registo na Futuro ou na entidade comercializadora indicada no n.º 5 do Artigo 1.º.

ARTIGO 6.º | GARANTIAS ADICIONAIS

Para além dos seus deveres de diligência, a Futuro pode oferecer uma garantia incidente sobre o valor da Unidade de Participação numa data pré-fixada.

Esta oferta será efetuada da seguinte forma:

- Relativamente a cada subscrição, a garantia prestada é a indicada no comprovativo de subscrição, e abrange apenas as Unidades de Participação adquiridas nesse momento;
- A garantia ocorrerá nas condições indicadas no comprovativo de subscrição, desde que as condições fiscais relativas ao rendimento gerado pelos ativos financeiros do Fundo e as normas legais de valorização da Unidade de Participação não sejam mais penalizadoras desse rendimento ou dessa valorização do que as que estão em vigor na data de subscrição;
- A garantia respeita a cada uma das Unidades de Participação abrangidas, incide sobre o respetivo valor na data de aquisição e será concretizada exclusivamente na data indicada no comprovativo de subscrição;
- A concretização da garantia consiste na aquisição de Unidades de Participação pela Futuro a favor do Participante em causa, no montante necessário para igualar o valor garantido;
- Se no momento da concretização da garantia o valor da Unidade de Participação for superior ao valor garantido, o Participante tem direito ao valor total da Unidade de Participação;
- A partir do momento da concretização da garantia, o Participante fica sem qualquer garantia para as Unidades de Participação em questão, salvo se outra garantia for explicitamente prestada pela Futuro;
- No caso da Futuro prolongar a existência de uma garantia, entregará ao Participante uma declaração com as novas condições dessa garantia.

ARTIGO 7.º | DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

- Características do Fundo
O Fundo de Poupança Reforma PPR 5 ESTRELAS é um fundo que permite adesões individuais, cuja carteira é investida, na sua maioria, em títulos de rendimento fixo (obrigações).
Atendendo aos objetivos e ao regime legal específico dos fundos poupança reforma, o PPR 5 ESTRELAS destina-se a Participantes que assumam uma tolerância ao risco média e uma perspetiva de valorização do seu capital no longo prazo.
- Princípios gerais da política de investimento
A política de investimento do Fundo tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das suas aplicações no médio e longo prazo, baseada em regras e procedimentos que um gestor sensato, prudente e conhecedor aplicaria no sentido de prosseguir uma gestão no exclusivo interesse dos Participantes e Beneficiários do Fundo, de evitar um inadequado risco de perda e de obter um rendimento adequado ao risco incorrido.
As indicações relativas às condições a que os títulos devem obedecer referem-se ao momento da aquisição. No caso de um título deixar de satisfazer as condições, a Futuro poderá mantê-lo em carteira ou proceder à sua alienação, desde que em adequadas condições de mercado.

A política de investimento será revista, pelo menos, de três em três anos, sem prejuízo da necessária revisão sempre que ocorram eventuais alterações significativas nos mercados financeiros, desde que das alterações não resultem situações de incumprimento da legislação em vigor.

3. Composição da carteira e afetação dos ativos

Classe de ativos	Exposição	
	Mínima	Máxima
Obrigações	50%	90%
Ações	5%	25%
Imobiliário	0%	20%
Liquidez	0%	10%

Poderá existir alguma desconformidade da carteira com os limites indicados, por um período de tempo limitado, se tal for justificado por uma elevada instabilidade dos mercados financeiros ou em determinadas condições específicas dos mesmos.

Considera-se como integrando a classe Obrigações: obrigações de taxa fixa e de taxa variável emitidas por governos, agências governamentais, entidades supranacionais ou empresas, participações em organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) maioritariamente de obrigações e produtos estruturados de capital garantido.

Considera-se como integrando a classe Ações: títulos de rendimento variável, obrigações convertíveis ou que confirmam direito à subscrição de ações, outros instrumentos que confirmam direito à subscrição de ações, OICVM maioritariamente de ações e produtos estruturados sem capital garantido que permitam exposição ao mercado acionista.

Considera-se como integrando a classe Imobiliário: participações em organismos de investimento imobiliário (OII) que invistam, de forma direta ou indireta, em ativos imobiliários, terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo, e desde que não sejam de exploração industrial ou que não tenham uma vocação de tal forma específica que torne a sua venda difícil.

A classe Liquidez é representada, maioritariamente, por depósitos em instituições financeiras, podendo também incluir certificados de depósito, bilhetes de tesouro, papel comercial e outros instrumentos de curto prazo.

Nos limites definidos para cada classe de ativos do Fundo inclui-se também a exposição aos ativos subjacentes de produtos derivados.

Os OICVM ou OII a utilizar serão organismos especializados numa determinada classe de ativos, pelo que investem pelo menos 2/3 do tipo de ativos que os identifica. O comissionamento máximo suportado será de 2%.

4. Restrições e limites prudenciais

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor a cada momento que não se encontrem identificadas neste documento, a gestão da carteira do Fundo deverá ainda ter em consideração os seguintes pontos:

- O investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados Membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE não pode representar mais de 10% do valor do Fundo. Se este valor for ultrapassado, a Entidade Gestora deve aplicar, no excesso, metodologias adequadas à cobertura dos riscos envolvidos, nomeadamente do risco de crédito;
- O limite relativo a aplicações expressas em moedas distintas do Euro é de 25% do valor do Fundo. Se este valor for ultrapassado, a Entidade Gestora deve aplicar, no excesso, metodologias adequadas à cobertura dos riscos envolvidos, nomeadamente do risco cambial;
- O Fundo poderá investir na aquisição de terrenos e/ou edifícios, de forma direta, com o limite máximo de 10% do seu valor;
- O Fundo poderá utilizar investimentos de retorno absoluto, como estabilizadores de rentabilidade e outras aplicações que tenham por objetivo proporcionar retornos que não estejam diretamente correlacionados com a evolução dos mercados acionistas e obrigacionistas, num limite máximo de 3% do seu valor;
- O Fundo poderá investir em Organismos de Investimento Alternativo (OIA), com os seguintes limites:
 - O limite de investimento em OIA de índices, que não façam uso do efeito de alavancagem, é de 5% do valor do Fundo;
 - O limite de investimento em OIA que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 50.º da diretiva n.º 2009/65/CE de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelas diretivas n.º 2010/78/EU de 24 de novembro, n.º 2011/61/EU de 8 de junho e n.º 2013/14/EU de 21 de maio, é de 5% do valor do Fundo;
 - O limite de investimento em outros OIA não enquadráveis nos pontos anteriores corresponde ao limite máximo permitido pela legislação aplicável (5%).
 - As estratégias de investimento prosseguidas por estes organismos podem ser, nomeadamente, arbitragem de mercados, arbitragem estatística, apostas direcionais, índices, setores, moedas, taxas de juro ou matérias-primas e estratégias de valor relativo. Estes organismos também podem ter uma filosofia de gestão multi-estratégia ou investir em outros OIA.
 - O principal risco que decorre do investimento nestes OIA assenta no facto de estes não estarem sujeitos aos mesmos limites prudenciais a que estão sujeitos os OICVM e, nessa medida, poderão ficar expostos a riscos de mercado mais elevados.

5. Utilização de instrumentos derivados

O Fundo poderá utilizar derivados, de acordo com a legislação em vigor e os respetivos limites legais, com o objetivo de proceder à cobertura de riscos de investimento do Fundo e de proceder a uma adequada gestão do seu património.

As operações que envolvam instrumentos derivados destinam-se a cobrir, designadamente, os seguintes riscos de investimento:

- Risco de taxa de juro – risco de variação da cotação das obrigações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende da evolução das taxas de juro de curto e longo prazo. Assim, o Fundo está dependente das expectativas de crescimento económico, evolução das taxas de inflação e de condução da política monetária;
- Risco de crédito – risco de descida das cotações devido à degradação da qualidade de crédito do emitente dos ativos ou risco associado à possibilidade de ocorrer incumprimento por parte dos emitentes dos ativos;
- Risco cambial – risco de investir em moeda estrangeira ou em ativos denominados em moeda estrangeira. A apreciação do euro face a essas moedas traduz-se numa perda de valor desses ativos;
- Risco de mercado – risco de variação da cotação dos títulos que compõem a carteira do Fundo, a qual depende do crescimento económico, da evolução dos mercados financeiros e da evolução das taxas de juro;
- Risco específico – risco de variação da cotação dos títulos que compõem a carteira do Fundo, a qual depende da evolução do negócio das empresas e do sector onde estas estão inseridas. Esta evolução está associada à capacidade de gestão das empresas nas suas vertentes financeira, operacional e estratégica.

Entende-se por adequada gestão do património a gestão global e dinâmica dos riscos do Fundo podendo vir a verificar-se o aumento da exposição da carteira com recurso a derivados, dentro dos limites da política de investimento definida.

O Fundo poderá, designadamente, transacionar contratos de futuros e opções sobre índices acionistas ou sobre valores mobiliários individuais, poderá realizar operações de permuta de taxas de juro e de taxas de câmbio (swaps), celebrar acordos de taxas de juro, câmbios a prazo (*FRA*'s e *forwards*) e utilizar derivados para cobertura de riscos de crédito "credit default swaps".

Para além dos instrumentos acima referidos, o Fundo poderá também investir em obrigações cujo padrão de valorização assente na utilização de um ou mais instrumentos derivados, com o objetivo de capturar o perfil de risco associado a um determinado mercado ou a rentabilidade esperada desse mercado.

A utilização de derivados está condicionada aos limites legais e regulamentares estabelecidos, designadamente, no que respeita ao aumento percentual do acréscimo da perda potencial máxima a que o património do Fundo sem instrumentos financeiros derivados estaria exposto.

As operações com produtos derivados podem ser realizadas:

- Num mercado regulamentado; ou
- Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE e cujo *rating* seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

Poderá estar associado à utilização de instrumentos financeiros derivados os seguintes riscos:

- O risco do Fundo não refletir as variações positivas no valor dos ativos em carteira, pelo facto de estes terem sido objeto de cobertura de risco financeiro;
- O risco do Fundo poder registar perdas superiores às que registaria se não utilizasse instrumentos financeiros derivados, pelo facto de estes terem sido utilizados para aumentar a exposição a um determinado ativo num contexto de quebra de preço desse mesmo ativo;
- A liquidez nestes produtos poderá ser inferior àquela que existe em produtos tradicionais.

6. Utilização de operações de reporte e de empréstimo de valores

O Fundo poderá efetuar operações de reporte e de empréstimo com o objetivo de incrementar a sua rentabilidade, desde que estas sejam efetuadas num mercado regulamentado ou com uma instituição financeira que, cumulativamente, esteja legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE e o seu *rating* seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

As garantias associadas às operações de reporte e de empréstimo de valores efetuadas por conta do Fundo, devem revestir a forma de:

- Numerário;
- Valores mobiliários emitidos ou garantidos por Estados membros da União Europeia, admitidos à negociação num mercado regulamentado de um Estado membro da União Europeia;
- Instrumentos do mercado monetário, emitidos em conjuntos homogêneos, nomeadamente bilhetes do tesouro.

As operações de reporte e empréstimo não poderão comprometer os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitam e o valor de mercado dos ativos cedidos no conjunto dessas operações não poderá exceder, em qualquer momento, 40% do valor do património do Fundo.

7. Medidas e controlo de risco

Será efetuada uma monitorização dos diversos riscos em que a carteira de ativos do Fundo incorre, de acordo com limites definidos pela Futuro, através da utilização de diversas medidas estatísticas e financeiras, baseadas em observações *a posteriori* da evolução da performance da carteira do Fundo e dos ativos que a compõem.

Na referida monitorização, considera-se:

- Medição do risco de taxa de juro, pela *duration* no segmento de taxa fixa;
- Apreciação do risco de exposição geográfica e setorial;
- Apreciação do risco de crédito, através da notação de *rating* dos emittentes;
- Apreciação do risco cambial, avaliando regularmente a necessidade de cobertura dos investimentos efetuados em ativos denominados em moedas fora do Euro;
- Medição regular do VaR (*Value at Risk*) do Fundo. Define-se como base para esta metodologia, a perda potencial máxima do Fundo, considerando-se no seu cálculo um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano;
- Dado o VaR não constituir uma garantia total de que os riscos não excedem a probabilidade usada, são também efetuados *Stress Tests*, com o objetivo de calcular o impacto de diversos cenários extremos sobre o valor da carteira.

A avaliação efetuada dita à Futuro o nível de intervenção e ajustamento a efetuar, sempre que tal seja considerado necessário.

8. Medidas de referência e rentabilidade

O Fundo não adota qualquer parâmetro de referência de mercado (*benchmark*). As rentabilidades e o risco são calculados com base na valorização das Unidades de Participação, nas respetivas datas de referência, sendo o risco entendido como a volatilidade calculada através do desvio-padrão das rentabilidades semanais.

9. Intervenção e exercício do direito de voto nas sociedades emittentes

Por regra, a Futuro não pretende interferir na gestão das empresas em que o Fundo que gere detenha participações financeiras com direito a voto.

No entanto, a Futuro não deixará de avaliar, a cada momento, através do seu Conselho de Administração e mediante parecer fundamentado da Direção de Investimentos, a necessidade ou conveniência de participar e eventualmente votar nas Assembleias Gerais dessas Empresas ou nas Assembleias de titulares de outros valores mobiliários que integrem o património do Fundo e, a decidir-se pela participação, exercerá os poderes como representante do Fundo, no interesse exclusivo do mesmo e dos direitos nele representados, ou seja, procurará em cada momento agir de forma a defender os interesses dos Participantes.

Nos casos em que a Futuro opte por exercer os seus direitos de voto, estes serão exercidos diretamente por Membro do Conselho de Administração, com poderes bastantes, ou por um seu representante devidamente nomeado para o efeito, que atuará vinculado a orientações da Futuro, tendo sempre subjacente o melhor interesse dos participantes e beneficiários do Fundo.

ARTIGO 8.º | ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

- No exercício da sua função como Entidade Gestora, compete à Futuro a prática de todos os atos e operações necessários e/ou convenientes à boa administração e gestão do Fundo, nomeadamente:
 - Comprar, vender, subscrever, trocar, receber quaisquer valores mobiliários ou imobiliários, realizar aplicações no mercado monetário, proceder a hipotecas ou outras aplicações, nos termos da lei, das normas em vigor e deste regulamento, e exercer todos os direitos relacionados com o Fundo;
 - Controlar a subscrição, o reembolso e a transferência das Unidades de Participação;
 - Decidir tudo o que respeita à gestão dos valores do Fundo, nomeadamente à determinação dos preços;
 - Representar os participantes e beneficiários do fundo no exercício dos direitos decorrentes das respetivas participações;
 - Manter em ordem a sua escrita e a do Fundo.
- A entidade gestora, no exercício das suas funções, age de modo independente e no exclusivo interesse dos participantes e beneficiários.
- A entidade gestora exerce as funções que lhe competem segundo critérios de elevada diligência e competência profissional e atua de forma célere e eficaz na colaboração com as demais estruturas de governação dos fundos de pensões e na prestação da informação exigida nos termos da lei.
- Serão suportados pelo Fundo os encargos referentes a despesas com auditorias, certificação de contas, publicações obrigatórias, taxa a favor da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e outros encargos resultantes da atividade do Fundo.
- A Futuro poderá, nos termos da lei, proceder à transferência da gestão do Fundo para outra Entidade Gestora. Os Participantes serão notificados individualmente, sendo-lhes conferida a possibilidade de solicitarem - no prazo de 45 dias contados desde a data da notificação - a transferência, sem encargos, para outro Fundo, do valor correspondente às suas Unidades de Participação.
- A Entidade Gestora, sem prejuízo da manutenção da sua responsabilidade para com o Fundo de Pensões e Participantes, mandata a gestão de parte dos ativos do Fundo de Pensões à MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS, legalmente autorizada a gerir ativos nos países membros da OCDE.

ARTIGO 9.º | ALTERAÇÕES

- A Entidade Gestora reserva-se o direito de alterar o presente Regulamento de Gestão sempre que for necessário, de acordo com as normas em vigor ou o interesse dos Participantes e sempre que se verifique uma alteração das comissões ou da política de investimento, requerendo autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- As alterações ao Regulamento de Gestão de que resulte um aumento das comissões ou uma alteração substancial à política de investimento devem ser notificadas individualmente aos Participantes, sendo-lhes conferida a possibilidade de transferirem, sem encargos, as suas Unidades de Participação para outro Fundo de Pensões.

ARTIGO 10.º | DEPOSITÁRIO E COMISSÃO DE DEPÓSITO

- As funções de Depositário serão exercidas, de acordo com a lei, pela Caixa Económica Montepio Geral, com sede na Rua Áurea, 219 a 241, em Lisboa, o qual será remunerado com o valor máximo anual de 0,10% - Comissão de Depósito -, cobrado diariamente, sobre o valor da carteira do fundo em depósito.
- A Futuro poderá, nos termos da lei, proceder à transferência de uma parte ou de todos os valores do Fundo para outro Depositário.

ARTIGO 11.º | COMISSÕES DE GESTÃO, SUBSCRIÇÃO, TRANSFERÊNCIA E REEMBOLSO

A Futuro cobrará ao Participante as comissões indicadas no contrato de adesão:

- Como remuneração dos seus serviços de gestão e de controlo do Fundo, a Futuro receberá uma comissão - Comissão de Gestão - com o valor máximo anualizado de 1,75%, cobrada diariamente, sobre o valor bruto do património do Fundo.
- A Comissão de Subscrição é de 0%, à exceção das subscrições efetuadas com cartão de crédito, situação em que tem o valor máximo de 5% e incide sobre o valor de cada entrega. Ao valor de cada subscrição será deduzida a comissão de subscrição, quando aplicável, sendo o montante resultante convertido em Unidades de Participação do Fundo.
- A comissão de Transferência é de 0%, salvo se as Unidades de Participação, objeto de transferência, estiverem abrangidas por uma garantia de acordo com o artigo 6.º, onde será aplicada uma comissão com o valor máximo de 0,5% que incide sobre o valor a transferir. Ao valor bruto a transferir será deduzida a comissão de transferência.
- A Comissão de Reembolso tem o valor máximo de 2% e incide sobre o valor a reembolsar. Ao valor bruto a reembolsar será deduzida a comissão de reembolso.

ARTIGO 12.º | RENDIMENTOS

Os rendimentos líquidos do Fundo serão objeto de capitalização. O reinvestimento desses rendimentos refletir-se-á no valor das Unidades de Participação.

ARTIGO 13.º | REEMBOLSO

- Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os Participantes só podem exigir o reembolso do valor do PPR nos seguintes casos de acordo com o que se encontra legalmente previsto:
 - Reforma por velhice do Participante ou do seu cônjuge, desde que o PPR seja um bem comum do casal;
 - Desemprego de longa duração do Participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
 - Incapacidade permanente para o trabalho do Participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar, qualquer que seja a sua causa;
 - Doença grave do Participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
 - Pagamento de prestações de contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente do Participante;
 - A partir dos 60 anos de idade do Participante ou do seu cônjuge, desde que o PPR seja um bem comum do casal.
- O reembolso efetuado ao abrigo das alíneas a), e) e f) do número anterior só se pode verificar quanto a entregas relativamente às quais já tenham decorrido pelo menos cinco anos após as respetivas datas de aplicação pelo Participante.
- Porém, decorrido que seja o prazo de cinco anos após a data da primeira entrega, o Participante pode exigir o reembolso da totalidade do valor do PPR, ao abrigo das alíneas a), e) e f) do n.º 1, se o montante das entregas

efetuadas na primeira metade da vigência do contrato representar, pelo menos, 35% da totalidade das entregas.

- O disposto nos n.ºs 2 e 3 aplica-se igualmente às situações de reembolso previstas nas alíneas b) a d), nos casos em que o sujeito em cujas condições pessoais se funde o pedido de reembolso se encontre, à data de cada entrega, numa dessas situações.
- Fora das situações previstas nos números anteriores o reembolso do valor do PPR pode ser exigido a qualquer tempo, nos termos contratualmente estabelecidos e com as consequências previstas no Estatuto dos Beneficiários Fiscais.
- Os Participantes cujos contratos de adesão tenham sido celebrados até 31 de dezembro de 2006 podem, relativamente às entregas efetuadas até essa data, exigir o reembolso do valor do seu plano de poupança nas situações de frequência ou ingresso do Participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar em curso do ensino profissional ou do ensino superior, sem prejuízo da perda do benefício fiscal auferido no momento da subscrição, relativamente ao reembolso de entregas efetuadas durante o ano de 2006.
- Nos casos em que por força do regime de bens do casal o plano de poupança seja um bem comum, do pedido de reembolso, quando fundamentado na situação pessoal do cônjuge do Participante, deve constar o respetivo consentimento escrito.
- Por morte, aplicam-se as seguintes regras quanto ao reembolso:
 - Quando o autor da sucessão tenha sido o Participante, pode ser exigido pelo cônjuge sobrevivente ou demais herdeiros legais, independentemente do regime de bens do casal, o reembolso da totalidade do valor do plano de poupança, salvo quando solução diversa resultar de testamento ou cláusula beneficiária a favor de terceiro, e sem prejuízo da intangibilidade da legítima;
 - Quando o autor da sucessão tenha sido o cônjuge do Participante e, por força do regime de bens do casal, o PPR seja um bem comum, pode ser exigido pelo cônjuge sobrevivente ou demais herdeiros o reembolso da quota-parte respeitante ao falecido.
- O reembolso deve ser solicitado mediante pré-aviso de 7 dias úteis, obrigando-se a Futuro a efetuar o seu pagamento durante aquele período. O prazo de 7 dias úteis conta-se desde as 00h00 da data da receção, na Futuro, do pedido de reembolso e de todos os documentos necessários.
- Salvo em caso de reembolso motivado por morte do Participante ou motivado por ordem judicial que implique o pagamento a terceiros, o valor do reembolso será sempre pago à ordem do Participante, da seguinte forma:
 - No caso de clientes integrados no sistema de gestão de Participantes do Montepio, o pagamento do valor do reembolso será processado obrigatoriamente por crédito da conta de depósitos à ordem do Montepio que se encontre associada à conta-fundo.
 - Para clientes não integrados no sistema de gestão de Participantes do Montepio, o reembolso será processado obrigatoriamente por transferência bancária para a conta de depósitos à ordem de que o Participante comprove ser titular ou por cheque emitido à ordem do Participante.
- O Participante, ou os seus herdeiros, poderão optar por qualquer das modalidades de reembolso legal e normativamente autorizadas:
 - Recebimento da totalidade ou de parte do valor do plano de poupança, de forma periódica ou não;
 - Pensão vitalícia mensal;
 - Qualquer conjugação das duas modalidades anteriores.
- O valor das Unidades de Participação será referido ao dia em que o reembolso for processado.
- No caso de reembolso parcial em que o Participante optou por não exigir a totalidade do valor do plano de poupança que reunia as condições legais para ser reembolsável, o reembolso do remanescente pode ser livremente exigido pelo Participante a qualquer tempo.
- O reembolso parcial é imputado às Unidades de Participação mais antigas.
- Para efeitos de novo reembolso, no caso de ter existido previamente um reembolso parcial, a data de início da contagem do prazo corresponde à data em que foi inscrita a primeira Unidade de Participação que, nos termos do número anterior, se considera não reembolsada.

ARTIGO 14.º | TRANSFERÊNCIA

- O valor capitalizado das Unidades de Participação do Fundo pode, a pedido expresso do Participante, ser transferido, total ou parcialmente, para outro Fundo de Poupança-Reforma (PPR), Poupança Educação (PPE) ou Poupança-Reforma/Educação (PPRE), gerido pela Futuro ou por outra Entidade Gestora.
- Quando a Futuro sob proposta escrita do Participante, aceitar receber uma transferência, deve comunicar-lhe tal disponibilidade, transmitindo-lhe na mesma altura a proposta de contrato que para o efeito celebrará.
- A Futuro ao receber um pedido de transferência executa-o no prazo máximo de 10 dias úteis e informa o Participante, nos 5 dias úteis subsequentes à execução, do valor do plano de poupança, deduzido da eventual comissão de transferência e, bem assim, da data a que este valor se reporta e em que foi efetuada a transferência.
- A Futuro ao receber um pedido de transferência transfere, diretamente para aquela que o tiver aceite receber, o valor do plano de poupança referido no número anterior, indicando de forma discriminada o valor das entregas efetuadas, das respetivas datas e do rendimento acumulado.
- Nos casos de transferência de outro Fundo, é possível o reembolso, ao abrigo das alíneas a) e f) do n.º 1 e do n.º 6 do artigo 13.º, do montante capitalizado no plano que seja resultante de entregas efetuadas antes dessa transferência, não sendo relevante o facto de os fundamentos invocados para o reembolso não se encontrarem previstos no plano de poupança de origem.
- A transferência parcial do valor do plano de poupança é imputada às Unidades de Participação mais antigas.
- Nos casos em que tenha havido uma transferência parcial, para efeitos de reembolso no plano de poupança de origem, a data de início da contagem do prazo corresponde à data em que foi inscrita a primeira Unidade de Participação que, nos termos do número anterior, se considera não ter sido transferida.
- Cada Participante poderá solicitar, sem quaisquer encargos, duas transferências em cada ano civil, deste Fundo para qualquer outro Fundo PPR gerido pela Futuro, salvo se as Unidades de Participação, objeto de transferência, estiverem abrangidas por uma garantia de acordo com o artigo 6.º.
- Sobre o valor da transferência de Unidades de Participação abrangidas por uma garantia de acordo com o artigo 6.º, incidirá a comissão referida no n.º 3 do artigo 11.º.

ARTIGO 15.º | SUSPENSÃO DA SUBSCRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA

- Em casos devidamente fundamentados e sempre que o interesse dos Participantes o aconselhe, a aceitação de novas subscrições ou pedidos de transferência formulados pelos Participantes pode ser suspensa por decisão da Entidade Gestora ou da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- A Entidade Gestora comunica previamente à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a suspensão referida no número anterior e a respetiva fundamentação.

ARTIGO 16.º | EXTINÇÃO DO FUNDO

- A Entidade Gestora poderá decidir sobre a extinção do Fundo quando este realizar o seu objetivo ou no caso da sua realização se tornar impossível. Neste caso, a Entidade Gestora deverá obter a autorização prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e o contrato de extinção deve ser publicado, com a antecedência mínima de um mês sobre a data prevista para a sua liquidação, em meio adequado de divulgação, nos termos da lei.
- A liquidação será efetuada através da transferência para outro Fundo, convertendo as Unidades de Participação detidas em Unidades de Participação de outros Fundos de Pensões PPR, PPE ou PPRE.
- Em caso algum os Participantes ou Contribuintes poderão exigir a liquidação ou partilha do Fundo.

ARTIGO 17.º | PROVEDOR

- A Futuro designou um Provedor ao qual os Participantes de adesões individuais ao presente Fundo podem apresentar reclamações dos seus atos.
- A identificação e contactos do Provedor constarão dos contratos de adesão individual.
- AO Provedor compete apreciar as reclamações apresentadas, com total independência, de acordo com os critérios e procedimentos fixados no respetivo regulamento de procedimentos e responder por escrito no prazo máximo de dois meses a contar da apresentação da reclamação.
- O Provedor tem poderes consultivos e pode apresentar recomendações à Entidade Gestora.
- A Futuro informará o Provedor sobre as decisões tomadas quanto às recomendações por ele efetuadas, no prazo máximo de dois meses a contar do recebimento da recomendação.
- O Provedor informará o reclamante, por escrito, da decisão tomada pela Futuro quanto à sua reclamação.
- O Provedor publicitará anualmente no seu sítio da Internet, as recomendações feitas, bem como a menção da sua adoção pela entidade gestora, nos termos estabelecidos por norma da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

ARTIGO 18.º | CONFLITOS

Para a resolução de qualquer conflito emergente do presente Regulamento as partes, quando pessoas coletivas elegerão o Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro, e quando Participantes o foro competente para dirimir qualquer litígio é o do Tribunal resultante dos termos legalmente previstos e em vigor à data da preposição da respetiva ação legal.

REGULAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO POUpança REFORMA PPR 5 ESTRELAS
Em vigor desde 07/08/2017 | Disponível em www.futuro-sa.pt